

Cultura da paz

Impossível não se chocar com os fatos havidos no último 7 de abril, dia em que o Brasil viu suas crianças serem assassinadas dentro de uma escola. Dor à parte, a menos que se queira que fatos similares voltem a acontecer, não se pode furtar de discutir acerca do porquê da ocorrência de atitudes tão insanas e violentas. Em termos gerais, o que se observa é uma postura cada vez mais complacente da sociedade com o isolamento humano, subsistindo uma verdadeira cultura da acomodação em entender como natural a hipótese de alguém recolher-se no seu próprio mundo, ignorando toda uma cadeia de relações sociais ao seu redor. Em resumo, uma tolerância com o suicídio desde que alcance, unicamente, o suicida. Valores como solidariedade, afeto, compaixão, carinho são cada vez mais raros no agir cotidiano, vulnerados que são por uma lógica de competitividade humana e de restrição excessiva do ócio socializante. Por isso, o fato de alguém sofrer, comportar-se ou agir de modo estranho não atinge a mais ninguém, a menos que esse sofrimento repercuta numa afronta social, o que fatidicamente se deu em Realengo. Paralelamente a isso ainda caminha junta a tolerância com a banalização da violência, que explode na mídia especulativa, estimulando o uso da força na resolução conflitiva, tornando a vida um valor meramente descartável. É errado dizer que Realengo aconteceu por ausência de segurança na escola. Naquele episódio em específico o que faltou foi cuidado com a pessoa humana. Ao longo dos anos, o homicida foi se convertendo em monstro sob os olhares de toda comunidade. O que poderia ter sido evitado não foi por culpa do egoísmo humano que impede que mãos sejam estendidas. Mais do que nunca há de se compreender a necessidade de cultivar-se uma educação erigida sobre as bases do amor, pois só um operar fraterno, generoso e solidário conduzirá ao encontro da paz. A propósito, não é justo dizer que o violento ato tem relação com uma atitude fundamentalista religiosa, pois o valor do bem é um princípio comum a todas as crenças.

Marcelo Uchôa - coordenador estadual de Direitos Humanos

Fonte: Diário do Nordeste, 10.04.2011.